



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEAD
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/GO.
EDITAL Nº 1/2026

FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA

101 – CATEGORIA I: BIOMÉDICO, ENFERMEIRO, MÉDICO OU CIRURGIÃO-DENTISTA

102 – CATEGORIA II: FARMACÊUTICO

103 – CATEGORIA III: GRADUAÇÃO EM QUALQUER ÁREA, COM ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE

104 – CATEGORIA IV: NUTRICIONISTA, ENGENHEIRO DE ALIMENTOS OU MÉDICO-VETERINÁRIO, COM ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE

105 – CATEGORIA V: ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO COM ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE

DATA DA PROVA:

Domingo,
10
de maio de 2026

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Atitude é o que faz a diferença.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas somente quando faltarem 1 (uma) hora e 15 (quinze) minutos para o término do tempo fixado para a realização das provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.
- Durante a realização da prova, deverão permanecer, no mínimo, os 3 (três) últimos candidatos por sala.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

Realização



PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 10

Texto responder às questões de 1 a 4.

A cidade moderna construiu-se sob a promessa da ordem, da higiene e do progresso. Ruas limpas, espaços racionalmente organizados, circulação controlada de pessoas e mercadorias. Nesse projeto urbano, certos modos de vida tornaram-se um problema a ser removido do campo do visível. Modos de vida considerados incompatíveis com a cidade moderna foram progressivamente deslocados para fora do convívio social, e a loucura, associada ao perigo, à desrazão e à improdutividade, foi confinada em instituições especializadas. O que se anunciava como cuidado e proteção constituiu, na prática, uma política de segregação, sustentada por saberes científicos e dispositivos institucionais que autorizaram o afastamento da loucura da cidade.

A reforma psiquiátrica no Brasil emerge como tentativa histórica de ruptura com a lógica da cidade higienizada. Ao questionar o manicômio como instituição total e propor a construção de uma rede substitutiva de cuidado em liberdade, ela recoloca a cidade no centro do debate. Mais do que fechar hospitais psiquiátricos, a reforma produziu um movimento concreto de retorno à cidade, no qual ex-moradores de instituições totais passaram a reaprender a circular pelos espaços urbanos, a negociar a vida cotidiana e a habitar ruas, bairros e tempos comuns.

Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/residencias-terapeuticas-cidade-e-loucura/>>. Acesso em: 17 abr. 2026, com adaptações.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de cidade moderna baseou-se em princípios de limpeza social, de forma a oferecer a toda a população condições de igualdade socioambiental e o direito de ir e vir.
- (B) A reforma psiquiátrica defende a segregação dos indivíduos com doenças mentais em instituições destinadas exclusivamente ao cuidado e ao tratamento de pacientes acometidos por tais transtornos.
- (C) A luta antimanicomial é um compromisso das cidades modernas, para que as pessoas com transtornos mentais possam conviver em sociedade, desde que recebam o adequado tratamento do Estado.
- (D) Com a reforma psiquiátrica no Brasil, pacientes que antes eram confinados e segregados em hospitais psiquiátricos passaram a conviver nas cidades como pessoas normais, visto que este é um direito de todo cidadão.
- (E) A reforma psiquiátrica não busca apenas o fim dos manicômios, mas a reintegração social, defendendo que o cuidado deve ocorrer em liberdade, de modo que todos exerçam o direito de ocupar o espaço urbano e viver em sociedade.

QUESTÃO 2

Com relação ao emprego das formas verbais “construiu-se” e “tornaram-se”, no primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome “se” poderia ser suprimido em ambos os casos, sem alteração dos sentidos do texto.
- (B) No primeiro caso, o pronome indica reciprocidade e, no segundo, indeterminação do sujeito.
- (C) Em ambos os casos, a colocação do pronome “se” é facultativa, podendo ocorrer antes ou depois do verbo.
- (D) No segundo caso, o pronome “se” foi empregado na voz passiva e retoma “certos modos de vida”.
- (E) No primeiro caso, a ênclise é obrigatória, pois não há elemento de atração do pronome.

QUESTÃO 3

Sem prejuízo para os sentidos e para a correção do texto, assinale a alternativa que corresponde a uma reescrita do trecho “Ao questionar o manicômio como instituição total e propor” (segundo parágrafo).

- (A) Por questionar o manicômio como instituição total e propor
- (B) Quando questiona o manicômio como instituição total e propõe
- (C) Conforme questiona o manicômio como instituição total e propõe
- (D) Da mesma forma que questiona o manicômio como instituição total e propõe
- (E) Embora questione o manicômio como instituição total e proponha

QUESTÃO 4

Sem prejuízo do sentido original do trecho “A reforma psiquiátrica no Brasil emerge como tentativa histórica de ruptura com a lógica da cidade higienizada”, as expressões “emerge como” e “a lógica” poderiam ser substituídas, respectivamente, por

- (A) surge como e o pensamento.
- (B) submerge em e o raciocínio.
- (C) traz uma e o rigor.
- (D) mostra-se como e a organização.
- (E) é uma e as regras.

Área livre

QUESTÃO 5



Disponível em: <<https://opopular.com.br/opiniaio/charges/mariosan-1.3391954>>. Acesso em: 17 abr. 2026.

Na charge apresentada, o cartunista utiliza o humor como forma de

- (A) minimizar a gravidade das notícias falsas ao compará-las a um desastre radioativo real.
- (B) denunciar o descaso das autoridades em relação ao maior acidente radioativo do Brasil.
- (C) criticar a falta de investimentos em tecnologia e saúde pública para o combate a epidemias e desastres químicos.
- (D) enfatizar a periculosidade da desinformação, sugerindo que seus efeitos sociais são tão tóxicos quanto uma contaminação por radiação.
- (E) demonstrar que o impacto das notícias falsas é de natureza temporária, menos nocivo à sociedade do que desastres químicos históricos.

Texto para responder às questões 6 e 7.

As desigualdades socioeconômicas e estruturais constituem determinantes relevantes na análise da violência sexual. A articulação entre raça e gênero revela-se um eixo analítico indispensável na saúde coletiva e na saúde global, uma vez que mulheres não brancas vivenciam processos específicos de vulnerabilização quando essas dimensões se interseccionam.

A violência sexual é reconhecida internacionalmente como grave problema de saúde pública. Situa-la em perspectiva histórica amplia a compreensão de suas raízes estruturais e permite examinar como marcadores sociais de diferença — como raça e gênero — operam conjuntamente na produção de desigualdades. Essa abordagem possibilita compreender que a distribuição da violência não é aleatória, mas atravessada por processos históricos e sociais que estruturam oportunidades, exposições e riscos diferenciados.

Disponível em: <<https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/1024/613>>. Acesso em: 18 abr. 2026, com adaptações.

QUESTÃO 6

Quanto ao trecho “A articulação entre raça e gênero revela-se um eixo analítico indispensável na saúde coletiva e na saúde global, uma vez que mulheres não brancas vivenciam processos específicos de vulnerabilização quando essas dimensões se interseccionam.”, assinale a alternativa correspondente à proposta de reescrita que preserva os sentidos originais e a correção gramatical do trecho.

- (A) A articulação entre raça e gênero revela-se um eixo de estudo indispensável para a saúde coletiva e a saúde global, visto que mulheres negras e indígenas são mais vulneráveis, quando essas dimensões se dividem.
- (B) Estudos sobre raça e gênero revela-se um eixo indispensável na saúde coletiva e na saúde global, pois mulheres não brancas estão mais propícias à vulnerabilização quando essas dimensões se dissipam.
- (C) A análise das relações entre raça e gênero tornam-se indispensáveis na saúde coletiva e na saúde global, quando esses elementos se misturam, por que mulheres não brancas sofrem mais violência sexual.
- (D) É indispensável a relação entre raça e gênero na saúde coletiva e na saúde global, porque, essas realidades, quando se partem, deixam as mulheres não brancas mais vulneráveis.
- (E) Analisar a relação entre raça e gênero é essencial na saúde coletiva e na saúde global, visto que, quando essas duas realidades se cruzam, mulheres negras e indígenas, por exemplo, estão mais expostas a situações de risco que mulheres brancas.

QUESTÃO 7

Considerando as estruturas do texto, assinale a alternativa que apresenta um trecho utilizado para estabelecer coesão referencial.

- (A) “Essa abordagem possibilita”
- (B) “uma vez que mulheres não brancas”
- (C) “é reconhecida internacionalmente”
- (D) “A articulação entre raça e gênero revela-se”
- (E) “mas atravessada por processos históricos e sociais”

Área livre

Texto para responder às questões 8 e 9.

Uma investigação feita na Dinamarca encontrou evidências de que a vacina contra a gripe pode diminuir de forma relevante o risco de infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral (AVC) após a infecção por influenza. A pesquisa foi realizada com pacientes internados por infarto do miocárdio ou AVC cerca de um ano após terem testado positivo para a gripe. O ponto central do trabalho é que essa elevação de risco foi menor entre os vacinados na mesma temporada. Conforme o resumo divulgado pelos pesquisadores, a proteção observada entre quem recebeu o imunizante reduziu em cerca de metade o excesso de risco cardiovascular associado à gripe, mesmo quando houve infecção após a vacinação. Os autores afirmam que, se confirmado em outros cenários, o achado reforça a prioridade da vacinação entre pessoas com maior risco de doença cardíaca ou AVC.

Disponível em: <<https://www.crfgo.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2026, com adaptações.

QUESTÃO 8

Quanto ao gênero textual, o fragmento apresentado caracteriza-se como

- (A) artigo científico.
- (B) artigo de opinião.
- (C) notícia.
- (D) relatório.
- (E) resenha.

QUESTÃO 9

Quanto aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A substituição de “encontrou evidências de que a vacina” por **evidenciou que a vacina** preservaria os sentidos e a correção gramatical do texto.
- (B) A correção gramatical do trecho “a vacina contra a gripe pode diminuir de forma relevante o risco de infarto” seria mantida caso a expressão “de forma relevante” fosse isolada por vírgulas.
- (C) O acento indicativo de crase no trecho “associado à gripe” deve-se à fusão do artigo “a” exigido tanto pela regência do termo “associado” quanto pela determinação do substantivo feminino “gripe”.
- (D) O sujeito da forma verbal “reduziu” é a expressão “o excesso de risco cardiovascular”.
- (E) No trecho “se confirmado em outros cenários”, o pronome “se” exerce função de partícula apassivadora.

QUESTÃO 10

De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República*, o vocativo e o pronome de tratamento a serem empregados em um ofício destinado ao Ministro da Saúde são, respectivamente,

- (A) Excelentíssimo Ministro, e Vossa Excelência.
- (B) Excelentíssimo Senhor Ministro, e Vossa Excelência.
- (C) Prezado Ministro, e Sua Senhoria.
- (D) Senhor Ministro, e Vossa Excelência.
- (E) Senhor Ministro, e Vossa Senhoria.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS
Questões 11 e 12

QUESTÃO 11

Acerca dos aspectos históricos de Goiás e temas correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Do ponto de vista político, a história de Goiás é marcada pela transição de um isolamento agrário para a modernização planejada, muitas vezes guiada por disputas entre clãs tradicionais e projetos de integração regional e nacional.
- (B) A ocupação efetiva de Goiás começou no início do século XIX, com as Bandeiras Paulistas, lideradas exclusivamente por Manuel Borba Gato, que pertencia ao clã de Fernão Dias.
- (C) No estado de Goiás, no período do coronelismo e das oligarquias, podem ser relacionadas com clãs dominantes duas famílias principais que se alternaram no poder: os Resende (até 1912) e os Santilho (de 1912 até 1930).
- (D) A Independência do Brasil e a da Província de Goiás, no território goiano, provocaram mudanças imediatas na estrutura econômica e política de Goiás, que vivia o auge do ciclo do ouro, do café, do algodão e a ruralização.
- (E) Goiânia, capital do estado de Goiás, foi uma cidade planejada ainda no fim do século XIX, sob o comando de Pedro Ludovico Teixeira e Juscelino Kubitschek. Surgiu para modernizar Goiás e interiorizar o desenvolvimento, substituindo a antiga capital situada na região da Serra Dourada.

QUESTÃO 12

No que se refere aos aspectos geográficos de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) Goiás tem clima tropical semiárido, com duas estações bem definidas: verão quente e muito chuvoso (de meados de outubro a abril) e inverno frio e relativamente seco (de meados de maio a setembro).
- (B) A vegetação de Goiás é caracterizada pelo predomínio do Cerrado e da Caatinga, com formações de savana, árvores tortuosas e raízes profundas. Já em relação à hidrografia, Goiás é um importante "divisor de águas", abrigando bacias dos rios São Francisco, Tocantins, Araguaia e Paranaíba.
- (C) A economia de Goiás é uma das mais dinâmicas do Brasil e se encontra entre as cinco principais economias do país. O estado é fortemente movido pelo agronegócio, além de indústrias siderúrgicas e petroquímicas modernas.
- (D) O estado de Goiás tem mais de 250 cidades/municípios. Entre os principais deles, destacam-se a capital, Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Formosa, Valparaíso de Goiás, Itumbiara, Catalão, Cristalina, Luziânia e Águas Lindas de Goiás. Essas cidades se caracterizam pela alta densidade populacional, pelo dinamismo econômico, sobretudo na agricultura e na pecuária extensiva, e pela localização estratégica.
- (E) Entre as diversas regiões no estado de Goiás, onde a estrutura desigual é enraizada no passado colonial, destaca-se o Eixo Central/Sul, que inclui as áreas de Goiânia, Anápolis e Brasília, a Sudoeste. Trata-se de uma área de maior dinamismo econômico, urbanização significativa, alto poder aquisitivo e presença marcante da agroindústria e serviços.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL
Questões de 13 a 18

QUESTÃO 13

No que tange ao regime jurídico dos atos administrativos, especificamente acerca da sua extinção e do instituto da convalidação, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 9.784/1999.

- (A) A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, não havendo prazo decadencial para o exercício desse dever quando se tratar de atos que produzam efeitos favoráveis aos destinatários.
- (B) A revogação é o desfazimento do ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, operando efeitos *ex tunc*, ou seja, retroagindo à data da edição do ato original.
- (C) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- (D) A cassação ocorre quando o ato administrativo é extinto em razão de uma norma jurídica superveniente, que torna ilícita a atividade anteriormente permitida.
- (E) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dois anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

QUESTÃO 14

No que se refere à responsabilidade civil do Estado no Direito Brasileiro, à luz do art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa do Estado para a configuração do dever de indenizar.
- (B) O direito de regresso da Administração Pública contra o agente responsável pelo dano é condicionado à comprovação de que este agiu com dolo ou culpa.
- (C) A responsabilidade civil das prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes causarem a terceiros é de natureza subjetiva.
- (D) O servidor público responde diretamente ao terceiro prejudicado, cabendo ao Estado apenas a responsabilidade subsidiária em caso de insolvência do agente.
- (E) A Constituição Federal de 1988 adotou a teoria do risco integral como regra geral para a responsabilidade civil do Estado por atos comissivos.

Área livre

QUESTÃO 15

No que diz respeito às disposições da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), alterada pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a configuração de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, admite-se a modalidade culposa, desde que a negligência seja considerada grave.
- (B) O sistema da improbidade administrativa admite a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 10 anos nos casos de atos que atentam contra os princípios da administração pública.
- (C) A mera nomeação ou indicação política por parte de agente público, sem a comprovação de dolo com finalidade ilícita, configura ato de improbidade administrativa por atentar contra os princípios da administração pública.
- (D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está isento de qualquer obrigação de reparação, visto que a responsabilidade é personalíssima.
- (E) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

QUESTÃO 16

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 que se referem a direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade e direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (B) O direito à herança e a proteção do consumidor são classificados pela Constituição Federal como direitos sociais de aplicação imediata.
- (C) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, salvo nos casos de punições disciplinares militares, que não admitem nenhum controle judicial.
- (D) É condição de elegibilidade para o cargo de juiz de paz a idade mínima de 21 anos, além da nacionalidade brasileira e do pleno exercício dos direitos políticos.
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, para os maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Área livre

QUESTÃO 17

De acordo com as disposições expressas na Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, é facultativa ao empregador, não constituindo um direito constitucional do trabalhador.
- (B) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, conforme definido em lei.
- (C) O salário mínimo, fixado em lei, deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, sendo permitida sua vinculação para qualquer fim mediante autorização sindical.
- (D) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.
- (E) É livre a associação profissional ou sindical, sendo obrigatória a autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

QUESTÃO 18

Nos termos da Constituição do Estado de Goiás, a respeito da organização e das ações de saúde no âmbito estadual, assinale a alternativa correta.

- (A) As ações e os serviços de saúde executados no Estado de Goiás integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único, organizado de acordo com a diretriz da descentralização, com direção única em cada nível de governo.
- (B) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que atuem em áreas de difícil acesso.
- (C) As instituições privadas podem participar, de forma principal, do sistema de saúde estadual, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades com fins lucrativos.
- (D) O Estado de Goiás pode dispensar a participação da comunidade na gestão do sistema de saúde quando se tratar de situações de emergência ou de calamidade pública.
- (E) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo vedada, em qualquer hipótese, a participação de capital estrangeiro na assistência à saúde no Estado.

Área livre

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questões de 19 a 24

QUESTÃO 19

Administração envolve a interpretação de objetivos a fim de transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, da organização, da direção e do controle.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Com base no texto, é correto afirmar que o planejamento, no contexto da administração pública, está diretamente relacionado à(ao)

- (A) atividade voltada exclusivamente ao controle de resultados.
- (B) processo de definição de ações desvinculado de objetivos organizacionais.
- (C) mecanismo de tradução de objetivos em ações organizacionais estruturadas.
- (D) instrumento restrito às decisões políticas de curto prazo.
- (E) função substituída pela execução operacional nas organizações públicas.

QUESTÃO 20

A função principal do Estado-nação no mundo contemporâneo é a de ampliar, de forma sistemática, as oportunidades individuais, institucionais e regionais.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

O planejamento estratégico, no setor público, contribui diretamente para essa função ao

- (A) limitar a atuação estatal a ações emergenciais.
- (B) direcionar políticas públicas para expansão estruturada de oportunidades.
- (C) reduzir a participação institucional na formulação de políticas.
- (D) priorizar exclusivamente o equilíbrio fiscal imediato.
- (E) substituir a necessidade de avaliação de resultados.

QUESTÃO 21

Nenhum país no mundo alcançou um nível elevado de desenvolvimento socioeconômico sem contar com uma administração pública apoiada em servidores competentes, bem remunerados e íntegros.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

De acordo com o texto, a gestão de pessoas na administração pública deve priorizar a

- (A) substituição contínua de servidores por critérios políticos.
- (B) flexibilização dos critérios éticos para ganho de eficiência.
- (C) redução de investimentos em qualificação profissional.
- (D) centralização das decisões exclusivamente nos níveis superiores.
- (E) valorização da competência, a remuneração adequada e a integridade.

QUESTÃO 22

Os mecanismos para melhorar o desempenho da administração pública estão presentes no processo orçamentário, no sistema de gestão de pessoal, na transparência e na geração do bem comum.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

No âmbito da gestão pública, o processo orçamentário tem como principal finalidade

- (A) restringir a atuação estatal à arrecadação de receitas.
- (B) orientar a alocação eficiente dos recursos públicos.
- (C) eliminar a necessidade de controle financeiro.
- (D) substituir o planejamento governamental.
- (E) reduzir a transparência na execução das despesas.

QUESTÃO 23

A sociedade vem exigindo dos governos [...] a prestação de serviços públicos de melhor qualidade, com menores custos e maior transparência das ações governamentais.

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

A exigência social descrita no texto está diretamente relacionada ao conceito de

- (A) centralização administrativa das decisões públicas.
- (B) redução do controle social sobre o Estado.
- (C) autonomia irrestrita dos gestores públicos.
- (D) *accountability* e transparência na gestão pública.
- (E) flexibilização das normas legais administrativas.

QUESTÃO 24

A administração pública [...] deve ser entendida como todo o sistema de governo, todo o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana [...].

MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

No contexto apresentado, os processos, na administração pública, têm como função

- (A) organizar a atuação institucional para atender ao interesse público.
- (B) limitar a atuação administrativa ao nível operacional.
- (C) restringir a participação de atores institucionais.
- (D) eliminar a necessidade de normas organizacionais.
- (E) substituir a legislação na execução administrativa.

Área livre

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questões de 25 a 27

QUESTÃO 25

Suponha que, na secretaria geral da prefeitura de determinada cidade, trabalhem dois servidores que organizam as agendas de compromissos públicos. Sabe-se que a probabilidade de o primeiro faltar em uma sexta-feira é 0,25 e a probabilidade de o segundo servidor faltar na sexta-feira é 0,2. Qual é a probabilidade de exatamente um dos servidores faltar em uma sexta-feira?

- (A) 0,15
- (B) 0,20
- (C) 0,25
- (D) 0,30
- (E) 0,35

QUESTÃO 26

Se X lâmpadas idênticas de LED, ligadas X^3 horas por dia consomem X^2 kWh, qual é o número de horas em que Y lâmpadas de LED do mesmo modelo e marca consumirão Y kWh?

- (A) X^2
- (B) X
- (C) X^3
- (D) X^4
- (E) $2X$

QUESTÃO 27

Em uma prova, há três questões de múltipla escolha e cada questão tem 4 alternativas, das quais apenas uma é a resposta correta. De quantas maneiras um candidato pode responder a prova e não acertar todas as respostas?

- (A) 9
- (B) 27
- (C) 36
- (D) 63
- (E) 64

INFORMÁTICA

Questões de 28 a 30

QUESTÃO 28

Considere que determinado cidadão tenha iniciado um atendimento virtual em portal de serviços do Governo de Goiás para solicitar a transferência de propriedade de um veículo. Para confirmar a identidade do requerente durante o autocadastro, o sistema governamental realiza uma checagem cruzando informações inseridas pelo usuário, como nome civil, nome da mãe, data de nascimento e endereço residencial. Nos termos expressos do art. 3º do Decreto Estadual nº 10.254/2023, esse procedimento específico, caracterizado por confirmar a identidade unicamente com médio grau de segurança a partir da comparação de fatos da vida do indivíduo, classifica-se como

- (A) certificação digital avançada.
- (B) validação biométrica.
- (C) validação biográfica.
- (D) auditoria de validador de acesso digital.
- (E) assinatura eletrônica qualificada.

QUESTÃO 29

Considere que um servidor de determinado estado da Federação esteja atuando um processo de sindicância e apuração correcional no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Dada a sensibilidade natural dos dados, ele entende que o processo não pode ser de livre visualização por todos os usuários estaduais cadastrados, mas que o conteúdo precisa ser lido pelas comissões e gerências pelas quais os autos serão movimentados. Com base nas normas que regulamentam o SEI no âmbito do Poder Executivo estadual, qual nível de acesso, e sua respectiva fundamentação normativa, o servidor deve aplicar ao iniciar esse processo?

- (A) Nível restrito, pois libera o acesso ao conteúdo dos documentos contidos no processo apenas para as unidades pelas quais ele irá tramitar e aos usuários vinculados a essas unidades.
- (B) Nível confidencial, estabelecido estritamente para apurações disciplinares em andamento, impedindo que usuários externos extraíam cópias integrais do processo.
- (C) Nível público, visto que a transparência é regra absoluta na administração pública, e o acesso ao conteúdo não admite restrições em sistemas eletrônicos.
- (D) Nível privado, que determina o bloqueio da visibilidade das peças processuais e centraliza a leitura exclusivamente na autoridade máxima do órgão até a decisão final.
- (E) Nível sigiloso, empregado especificamente para dispensar a tramitação formal entre unidades, exigindo a visualização apenas por quem detém a assinatura digital do interessado.

QUESTÃO 30

Suponha que certo órgão público tenha decidido modernizar seu parque tecnológico e optado por adotar serviços de computação em nuvem para abrigar seus novos sistemas. A equipe de tecnologia da informação (TI) do órgão precisa de um ambiente que ofereça suporte ao ciclo de vida de desenvolvimento e implantação de suas próprias aplicações institucionais. A diretriz principal é que a equipe de TI não gerencie ou controle a infraestrutura subjacente de nuvem (incluindo rede, servidores, sistemas operacionais e armazenamento primário), mas mantenha o controle exclusivo sobre as aplicações implantadas e sobre as configurações do ambiente de hospedagem dessas aplicações.

Nesse contexto, o modelo de serviço de nuvem que atende estritamente a essa demanda analítica da equipe de TI é o(a)

- (A) software como Serviço (SaaS).
- (B) infraestrutura como Serviço (IaaS).
- (C) armazenamento como Serviço (STaaS).
- (D) desktop como Serviço (DaaS).
- (E) plataforma como Serviço (PaaS).

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 31 a 80

QUESTÃO 31

Considere que, durante uma inspeção sanitária realizada em determinada unidade de alimentação coletiva, o fiscal tenha identificado falhas no controle de temperatura de alimentos prontos para consumo, com risco potencial à saúde dos usuários. Considerando-se os princípios da vigilância sanitária e o poder de polícia administrativa, a conduta mais adequada do fiscal, nesse contexto, é

- (A) aplicar penalidade imediata sem necessidade de fundamentação técnica.
- (B) orientar verbalmente o responsável técnico e encerrar a inspeção.
- (C) determinar medidas cautelares proporcionais ao risco, podendo incluir interdição parcial do serviço, devidamente fundamentada.
- (D) aguardar denúncia formal para adoção de medidas administrativas.
- (E) encaminhar o caso exclusivamente à esfera judicial.

QUESTÃO 32

De acordo com a vigilância sanitária contemporânea, a comercialização de medicamentos sujeitos a controle especial sem a devida escrituração representa

- (A) irregularidade sem impacto sanitário relevante.
- (B) infração sanitária com potencial risco à rastreabilidade e ao uso seguro de medicamentos.
- (C) situação permitida mediante prescrição médica válida.
- (D) conduta aceitável, se houver farmacêutico presente.
- (E) falha exclusivamente administrativa, sem risco assistencial.

QUESTÃO 33

Considerando-se as boas práticas e a segurança do paciente, a constatação de fluxo inadequado entre áreas limpas e contaminadas na central de material e esterilização (CME), com risco de contaminação cruzada, em um hospital de médio porte, tem como principal implicação a(o)

- (A) redução da eficiência operacional, sem impacto assistencial.
- (B) irregularidade meramente estrutural, sem risco sanitário.
- (C) aumento de custos administrativos do serviço.
- (D) comprometimento do controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.
- (E) necessidade de esterilização posterior.

QUESTÃO 34

Durante ação de vigilância em saúde do trabalhador, se identificado caso suspeito de doença ocupacional de notificação compulsória, a conduta correta será

- (A) notificar imediatamente, com base na suspeita.
- (B) aguardar confirmação laboratorial.
- (C) notificar unicamente em caso de afastamento.
- (D) encaminhar apenas ao INSS.
- (E) notificar somente em caso de óbito.

QUESTÃO 35

Durante a fiscalização sanitária, a determinação de interdição parcial de um serviço de saúde em razão de risco iminente à saúde coletiva caracteriza

- (A) sanção penal.
- (B) ato jurisdicional.
- (C) medida cautelar administrativa baseada na análise de risco.
- (D) medida educativa sem caráter coercitivo.
- (E) ato discricionário que dispensa fundamentação.

QUESTÃO 36

Considere que, durante uma inspeção em determinada indústria de alimentos, o fiscal identifique ausência de monitoramento sistemático de pontos críticos no processo produtivo, especialmente na etapa de cocção. Considerando-se os princípios de gestão da qualidade e segurança dos alimentos, essa falha compromete, principalmente, a(o)

- (A) rastreabilidade documental do produto final.
- (B) aplicação do sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).
- (C) rotulagem nutricional dos alimentos produzidos.
- (D) registro sanitário do estabelecimento.
- (E) validade comercial do produto.

QUESTÃO 37

Em uma inspeção sanitária em serviço de saúde, foi observado o uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI) por profissionais durante procedimentos assistenciais. Essa situação impacta diretamente

- (A) a eficiência administrativa do serviço.
- (B) a produtividade do serviço, somente.
- (C) apenas o conforto do profissional.
- (D) a estrutura física da unidade.
- (E) a segurança do paciente e do trabalhador.

QUESTÃO 38

A identificação de falhas no gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, com descarte inadequado de materiais perfurocortantes, configura situação

- (A) de risco à saúde pública e ocupacional.
- (B) de irregularidade ambiental sem impacto sanitário.
- (C) de falha exclusivamente administrativa.
- (D) aceitável se houver coleta externa regular.
- (E) de problema restrito ao setor de limpeza.

Área livre

QUESTÃO 39

Durante a auditoria realizada em um serviço de saúde, foi identificada a ausência de protocolos formais para investigação de eventos adversos. Essa falha compromete, principalmente, o(a)

- (A) faturamento do serviço.
- (B) carga horária dos profissionais.
- (C) estrutura física da unidade.
- (D) gestão da qualidade e melhoria contínua.
- (E) registro profissional dos trabalhadores.

QUESTÃO 40

Na fiscalização realizada em determinado serviço de radiologia, foram identificadas falhas nos protocolos de proteção radiológica, incluindo a ausência de monitoramento de exposição ocupacional. A situação configura

- (A) problema exclusivamente técnico, sem impacto sanitário.
- (B) risco ocupacional e necessidade de adequação às normas de segurança radiológica.
- (C) situação aceitável em serviços de baixa complexidade.
- (D) irregularidade administrativa, sem relevância clínica.
- (E) falha restrita à engenharia do serviço.

QUESTÃO 41

Ao realizar fiscalização em certa unidade hospitalar de médio porte, o fiscal observou que o serviço possuía protocolos formais de prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), mas baixa adesão da equipe às práticas de higienização das mãos, mesmo com disponibilidade de insumos. Considerando-se a gestão do risco sanitário, a situação descrita evidencia principalmente uma falha no(a)

- (A) planejamento estrutural do serviço de saúde.
- (B) disponibilidade de recursos materiais adequados.
- (C) regulação sanitária do estabelecimento.
- (D) implementação efetiva das políticas de segurança do paciente.
- (E) dimensionamento da equipe assistencial.

QUESTÃO 42

Durante uma inspeção realizada em determinada indústria farmacêutica, o fiscal identificou que desvios de qualidade eram registrados, mas que não havia análise sistemática de causa raiz nem implementação de ações corretivas estruturadas, o que compromete diretamente a(o)

- (A) rastreabilidade dos lotes produzidos.
- (B) sistema de gestão da qualidade e a melhoria contínua.
- (C) registro sanitário dos medicamentos.
- (D) estabilidade físico-química dos produtos.
- (E) processo de comercialização dos insumos.

Área livre

QUESTÃO 43

Considere que, durante a fiscalização sanitária realizada em determinado serviço de saúde, tenha sido identificado que equipamentos críticos passam por esterilização, porém não há validação periódica dos processos nem monitoramento biológico sistemático. À luz das boas práticas a respeito do assunto, essa situação implica

- (A) conformidade parcial, desde que haja esterilização térmica.
- (B) problema restrito à manutenção de equipamentos.
- (C) irregularidade exclusivamente documental.
- (D) situação aceitável em serviços de baixa complexidade.
- (E) risco potencial de falha na esterilização e comprometimento da segurança assistencial.

QUESTÃO 44

Em uma ação de vigilância sanitária realizada em certo estabelecimento de produção de alimentos, o fiscal observou que havia identificação de perigos no processo produtivo, porém sem definição clara de limites críticos e sem registros de monitoramento. Essa situação indica

- (A) implementação completa do sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).
- (B) conformidade com boas práticas de fabricação.
- (C) aplicação parcial e ineficaz do sistema APPCC.
- (D) situação aceitável em pequenas produções.
- (E) falha exclusiva de rotulagem.

QUESTÃO 45

Durante fiscalização realizada em um serviço de diagnóstico por imagem, o fiscal observou que havia equipamentos funcionando regularmente, porém sem programa estruturado de garantia da qualidade e sem controle sistemático de doses de radiação. Considerando-se os princípios de segurança radiológica, essa situação representa

- (A) regularidade operacional do serviço.
- (B) situação aceitável em serviços privados.
- (C) irregularidade apenas administrativa.
- (D) risco sanitário associado à exposição ocupacional e do paciente.
- (E) falha restrita à engenharia clínica.

Área livre

QUESTÃO 46

Suponha que, durante a fiscalização realizada em um hospital, o fiscal tenha identificado que o serviço possui Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) formalmente instituída, mas sem reuniões periódicas registradas, sem análise de indicadores e sem plano de ação atualizado. No contexto da gestão do risco sanitário, essa situação indica

- (A) fragilidade na governança da segurança do paciente e no controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS).
- (B) regularidade administrativa, pois a comissão está formalmente instituída.
- (C) funcionamento adequado, desde que não haja surtos registrados.
- (D) conformidade parcial, desde que haja protocolos assistenciais implantados.
- (E) irregularidade restrita ao registro documental, sem impacto assistencial.

QUESTÃO 47

Durante a inspeção realizada em estabelecimento produtor de alimentos, o fiscal observou que o controle de fornecedores não era realizado de forma sistemática, inexistindo critérios formais de qualificação e de monitoramento. Essa falha impacta, principalmente, a(o)

- (A) rotulagem nutricional dos produtos finais.
- (B) validade dos produtos armazenados.
- (C) processo de comercialização dos alimentos.
- (D) controle de qualidade na cadeia produtiva.
- (E) estrutura física do estabelecimento.

QUESTÃO 48

Durante a fiscalização efetuada em um serviço de saúde, foi identificado que tecnologias em saúde estavam sendo utilizadas sem avaliação prévia de desempenho, sem protocolos definidos e sem treinamento adequado das equipes. No contexto do gerenciamento de tecnologias em saúde, essa situação representa

- (A) adequação operacional, desde que os equipamentos estejam em funcionamento.
- (B) irregularidade exclusivamente administrativa.
- (C) risco sanitário relacionado ao uso inadequado de tecnologias.
- (D) situação aceitável em serviços de baixa complexidade.
- (E) problema restrito à engenharia clínica.

Área livre

QUESTÃO 49

Em uma fiscalização sanitária, o agente identificou que um estabelecimento apresentava inconformidades classificadas como de baixo risco, sem evidência de dano imediato à saúde. Nesse contexto, a conduta mais adequada, de acordo com a atuação regulatória moderna, é a(o)

- (A) interdição imediata do estabelecimento.
- (B) aplicação de penalidade máxima sem gradação.
- (C) encaminhamento direto ao Ministério Público.
- (D) suspensão definitiva da atividade.
- (E) adoção de medidas educativas e prazo para adequação.

QUESTÃO 50

Durante a auditoria interna realizada em certo hospital geral, o fiscal observou que o serviço possui sistema estruturado de notificação de eventos adversos, com registros regulares e equipe treinada para notificação. No entanto, ele verificou que os dados coletados não são analisados de forma sistemática, não geram relatórios periódicos, tampouco subsidiam mudanças nos processos assistenciais.

Considerando-se os princípios da gestão da qualidade e da segurança do paciente, essa situação evidencia, principalmente,

- (A) adequação do sistema de vigilância de eventos adversos, uma vez que a etapa de notificação está implementada.
- (B) conformidade parcial do sistema, suficiente para atender às exigências regulatórias mínimas.
- (C) fragilidade na etapa de detecção de eventos adversos, comprometendo a identificação de riscos.
- (D) descontinuidade no ciclo de gestão da qualidade, com falha na utilização dos dados para melhoria dos processos.
- (E) irregularidade administrativa sem impacto direto na segurança assistencial.

QUESTÃO 51

Durante uma ação fiscalizatória, o agente sanitário lavrou auto de infração contra certo estabelecimento em razão de irregularidades sanitárias. O responsável legal contestou o ato, alegando ausência de oportunidade prévia de manifestação. Nos termos do processo administrativo no âmbito da administração pública, é correto afirmar que a situação descrita exige

- (A) anulação automática do auto de infração.
- (B) encaminhamento direto ao Poder Judiciário.
- (C) garantia do contraditório e da ampla defesa no curso do processo administrativo.
- (D) suspensão definitiva da atividade do estabelecimento.
- (E) conversão automática da infração em advertência.

Área livre

QUESTÃO 52

Durante a fiscalização sanitária, o agente verificou que determinado estabelecimento apresentava risco sanitário moderado e histórico de reincidência em infrações. Considerando-se o exercício do poder de polícia, é correto afirmar que a decisão mais adequada deve levar em conta a

- (A) análise integrada do risco sanitário e do histórico de conformidade.
- (B) capacidade econômica do estabelecimento, apenas.
- (C) gravidade atual da infração, exclusivamente.
- (D) aplicação automática de penalidade máxima.
- (E) substituição de penalidade por orientação educativa obrigatória.

QUESTÃO 53

Considere que, na auditoria realizada em um órgão público de saúde, tenha sido identificado o comportamento inadequado de um servidor, caracterizado por tratamento desrespeitoso ao usuário e descumprimento de normas institucionais.

De acordo com a ética no serviço público, essa conduta representa

- (A) irregularidade administrativa sem implicação ética.
- (B) infração ética relacionada ao dever de urbanidade e respeito ao usuário.
- (C) conduta aceitável diante da sobrecarga de trabalho.
- (D) situação restrita à esfera pessoal do servidor.
- (E) falha exclusivamente técnica.

QUESTÃO 54

Durante uma ação conjunta de fiscalização sanitária efetuada em certo estabelecimento que comercializa produtos sujeitos à vigilância sanitária, foi observada a atuação simultânea das equipes municipal e estadual. Na oportunidade, o responsável técnico questionou a competência dos entes envolvidos, alegando possível sobreposição de atribuições.

Conforme a organização do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), a atuação descrita deve ser compreendida como

- (A) irregular, pois a competência para fiscalização sanitária é exclusiva da esfera federal.
- (B) indevida, uma vez que estados e os municípios não possuem autonomia para atuação conjunta.
- (C) limitada à esfera municipal, sendo vedada a atuação estadual em estabelecimentos locais.
- (D) adequada, pois o SNVS opera de forma descentralizada, integrada e com compartilhamento de competências entre os entes federativos.
- (E) excepcional, sendo permitida apenas mediante autorização prévia da Anvisa.

Área livre

QUESTÃO 55

Na fiscalização de produtos sujeitos à vigilância sanitária, o agente identificou irregularidades na rotulagem de um alimento industrializado, inclusive a ausência de informações obrigatórias. Essa situação evidencia

- (A) irregularidade sem impacto na saúde pública.
- (B) problema exclusivamente comercial.
- (C) risco à informação do consumidor e à segurança alimentar.
- (D) ocorrência aceitável, desde que o produto esteja dentro do prazo de validade.
- (E) falha restrita ao fabricante, sem responsabilidade do distribuidor.

QUESTÃO 56

Durante a fiscalização realizada em uma empresa distribuidora de produtos sujeitos à vigilância sanitária, o agente verificou que o estabelecimento possuía Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) vigente, mas operava com alterações estruturais e de atividades não comunicadas, além da ausência de responsável técnico regularmente designado no período da inspeção. Não foram identificados, naquele momento, produtos irregulares em estoque.

De acordo com as normas de funcionamento e licenciamento sanitário, a situação descrita deve ser interpretada como

- (A) regular, pois a AFE vigente supre a necessidade de atualização cadastral e de responsabilidade técnica.
- (B) irregular apenas em relação à responsabilidade técnica, sem implicação para o licenciamento do estabelecimento.
- (C) situação de baixo risco, passível exclusivamente de orientação, sem necessidade de registro formal da infração.
- (D) infração sanitária relacionada ao descumprimento das condições autorizadas de funcionamento, independentemente da presença de produtos irregulares.
- (E) irregularidade condicionada à comprovação de dano sanitário efetivo.

QUESTÃO 57

Ao realizar fiscalização em certo estabelecimento industrial, o agente sanitário identificou que trabalhadores estavam expostos a ruído intenso e a agentes químicos voláteis, sem monitoramento ambiental sistemático e sem registro de avaliação periódica dos riscos ocupacionais. O responsável técnico informou que os trabalhadores utilizavam equipamentos de proteção individual (EPI), porém não havia evidências de avaliação da eficácia das medidas adotadas.

De acordo com a vigilância em saúde do trabalhador e a atuação da vigilância sanitária, a situação encontrada indica

- (A) risco sanitário associado à ausência de atenção aos riscos ocupacionais.
- (B) regularidade, desde que haja fornecimento de equipamentos de proteção individual.
- (C) irregularidade exclusivamente trabalhista, sem competência da vigilância sanitária.
- (D) situação aceitável, desde que não haja afastamentos por doença ocupacional.
- (E) problema restrito à gestão interna da empresa, sem necessidade de intervenção sanitária.

QUESTÃO 58

Durante a fiscalização em uma indústria de alimentos, se o agente identifica a presença de contaminantes físicos no produto final, decorrente de falhas no processo produtivo, de acordo com as disposições do Decreto-Lei nº 986/1969, essa ocorrência implica

- (A) falha restrita ao controle de qualidade interno.
- (B) problema relacionado exclusivamente à embalagem.
- (C) irregularidade sem impacto sanitário direto.
- (D) situação aceitável, desde que o lote seja pequeno.
- (E) produto impróprio para consumo humano.

QUESTÃO 59

Considerando-se a vigilância em saúde do trabalhador, é correto afirmar que a exposição ocupacional a agentes químicos sem medidas adequadas de proteção demanda

- (A) intervenção apenas após ocorrência de agravos à saúde.
- (B) adoção de medidas preventivas e monitoramento contínuo dos riscos.
- (C) notificação apenas em caso de afastamento do trabalhador.
- (D) encaminhamento exclusivo ao setor de recursos humanos.
- (E) avaliação somente pelo empregador.

QUESTÃO 60

No contexto da regulação sanitária, a operação de um estabelecimento sem licença sanitária vigente configura

- (A) irregularidade administrativa de baixo impacto.
- (B) situação aceitável durante o processo de renovação.
- (C) infração sanitária passível de medidas administrativas.
- (D) falha exclusivamente documental, sem risco sanitário.
- (E) condição regular, se não houver denúncias.

QUESTÃO 61

Durante a análise do projeto arquitetônico de um estabelecimento assistencial de saúde, o fiscal identificou ausência de separação adequada entre fluxos limpos e sujos em áreas críticas, contrariando requisitos técnicos de organização espacial. Mesmo sem o funcionamento do serviço, a situação demanda

- (A) aprovação condicional do projeto, com ajustes após o início das atividades.
- (B) indeferimento do projeto até a adequação às exigências sanitárias.
- (C) aprovação automática, pois não há risco imediato.
- (D) liberação provisória mediante termo de compromisso.
- (E) encaminhamento ao conselho profissional responsável.

Área livre

QUESTÃO 62

Durante a fiscalização realizada em determinada empresa sujeita ao licenciamento sanitário, o fiscal constatou que a atividade exercida diferia daquela autorizada no cadastro regulatório. Inquirido a respeito do fato, o responsável alegou que a alteração era “de baixo impacto” e, por essa razão, não havia sido comunicada.

Nesse caso, de acordo com a regulação sanitária, a conduta mais adequada é

- (A) desconsiderar a irregularidade, desde que não haja dano comprovado.
- (B) orientar verbalmente o responsável e aguardar regularização espontânea.
- (C) aplicar penalidade máxima, independentemente da análise de risco.
- (D) encerrar a fiscalização por ausência de risco imediato.
- (E) reconhecer a irregularidade como infração sanitária, com adoção de medidas proporcionais.

QUESTÃO 63

Durante a fiscalização sanitária realizada em um estabelecimento sujeito à vigilância sanitária, o agente identificou inconformidades classificadas como de risco moderado, passíveis de correção, sem evidência de dano imediato. Na ocasião, o responsável técnico apresentou plano de adequação com cronograma factível e demonstrou capacidade operacional para implementar as medidas.

Considerando-se a atuação sanitária e os instrumentos administrativos disponíveis, qual é a conduta mais adequada nesse caso?

- (A) Determinar a interdição imediata do estabelecimento.
- (B) Converter automaticamente a infração em advertência.
- (C) Firmar termo de compromisso, com prazos definidos, monitorando o cumprimento.
- (D) Desconsiderar a inconformidade diante da intenção de adequação.
- (E) Encerrar o processo administrativo sem medidas adicionais.

QUESTÃO 64

Considere que, durante uma inspeção sanitária, o fiscal tenha identificado múltiplas infrações de naturezas distintas (estrutura, processo e documentação), sem evidência de dano imediato, mas com risco potencial significativo.

Diante desse cenário, qual é a atuação mais adequada?

- (A) Integrar a análise das inconformidades para definição da medida sanitária.
- (B) Priorizar apenas a infração mais grave.
- (C) Considerar cada infração isoladamente, sem análise global.
- (D) Aplicar penalidade única sem considerar a diversidade de infrações.
- (E) Encerrar a inspeção e aguardar nova vistoria.

QUESTÃO 65

Durante a análise de funcionamento de um serviço de saúde recém-inaugurado, o fiscal verificou que o estabelecimento havia iniciado suas atividades antes da conclusão do processo de licenciamento sanitário, à alegação de urgência assistencial. Com base na regulação sanitária, essa situação deve ser interpretada como

- (A) regular, diante da justificativa assistencial.
- (B) permitida em situações excepcionais, sem necessidade de formalização.
- (C) aceitável, desde que não haja dano ao paciente.
- (D) infração sanitária, independentemente da justificativa apresentada.
- (E) irregularidade sanável apenas após o funcionamento completo.

QUESTÃO 66

Durante a inspeção de uma clínica ambulatorial, o fiscal identificou a ausência de lavatório exclusivo para higienização das mãos em sala de procedimento, embora o serviço estivesse em funcionamento regular.

Nesse caso, qual é a conduta mais adequada?

- (A) Encerrar a inspeção, pois não há dano imediato ao paciente.
- (B) Registrar a inconformidade e estabelecer prazo para adequação, conforme o risco identificado.
- (C) Aplicar penalidade máxima sem possibilidade de adequação.
- (D) Interditar imediatamente toda a clínica.
- (E) Apenas orientar verbalmente o responsável técnico.

QUESTÃO 67

Se, durante uma fiscalização em farmácia, o fiscal identificar que medicamentos termolábeis foram armazenados fora da faixa de temperatura recomendada por período indeterminado, sem registro de monitoramento confiável e sem segregação dos produtos potencialmente comprometidos, qual é a conduta mais adequada?

- (A) Manter os produtos em comercialização, desde que dentro do prazo de validade.
- (B) Descartar automaticamente todos os produtos armazenados.
- (C) Encerrar a fiscalização, pois não há confirmação de dano ao produto.
- (D) Apenas orientar o responsável técnico, sem registro formal.
- (E) Segregar os lotes potencialmente afetados e avaliar sua utilização com base em critérios técnicos e rastreabilidade.

Área livre

QUESTÃO 68

Em um estabelecimento alimentício, se o fiscal identificar manipulador sem uso de equipamento de proteção adequado (touca e avental) manipulando alimentos prontos para consumo, qual é a conduta mais adequada?

- (A) Determinar a interdição imediata do estabelecimento.
- (B) Desconsiderar a situação por se tratar de falha pontual.
- (C) Registrar a inconformidade e determinar correção imediata das práticas.
- (D) Apenas orientar verbalmente, sem registro formal.
- (E) Encaminhar o caso ao Ministério Público.

QUESTÃO 69

Qual é a medida mais adequada diante da empresa de serviços de saúde cujo plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS) encontra-se desatualizado, sem refletir as atividades atuais do estabelecimento?

- (A) Considerar o plano válido por existir formalmente.
- (B) Exigir atualização do plano conforme as atividades atuais do serviço.
- (C) Determinar a interdição imediata do estabelecimento.
- (D) Ignorar a inconformidade por ausência de risco imediato.
- (E) Encerrar a fiscalização sem registro.

QUESTÃO 70

Diante do auto de infração lavrado com erro na identificação do estabelecimento autuado (dados cadastrais incorretos) e contestado pelo responsável à alegação de vício formal, qual é a conduta mais adequada?

- (A) Manter o auto lavrado, pois o erro é irrelevante.
- (B) Aplicar penalidade, mesmo na presença do vício.
- (C) Encaminhar o auto de infração ao Judiciário.
- (D) Converter automaticamente o auto de infração em advertência.
- (E) Anular o auto de infração e lavrar um novo corretamente.

Área livre

QUESTÃO 71

Considere que, durante a análise de licenciamento de determinado serviço de saúde, o fiscal tenha identificado que o projeto físico atende às exigências normativas, porém o fluxo operacional proposto no plano de funcionamento gera cruzamento entre áreas limpas e contaminadas.

Nesse contexto, qual é a decisão mais adequada?

- (A) Indeferir o licenciamento, considerando a inadequação do fluxo operacional.
- (B) Encaminhar decisão ao gestor do serviço.
- (C) Aprovar com ressalva, sem necessidade de adequação prévia.
- (D) Autorizar o funcionamento e monitorar posteriormente.
- (E) Aprovar o licenciamento, pois o projeto físico está em conformidade com as normas.

QUESTÃO 72

Na presença de inconformidade já previamente notificada e não corrigida dentro do prazo estabelecido, sem justificativa técnica, qual é a medida adequada?

- (A) Reabrir novo prazo automaticamente.
- (B) Encerrar o processo administrativo.
- (C) Desconsiderar a reincidência.
- (D) Aplicar medida mais gravosa, considerando o descumprimento da anterior.
- (E) Apenas orientar novamente.

QUESTÃO 73

O estabelecimento que cumpre requisitos estruturais e documentais, mas adota práticas assistenciais inconsistentes com os protocolos estabelecidos configura situação que indica

- (A) regularidade do serviço.
- (B) falha estrutural.
- (C) inconformidade operacional com impacto sanitário.
- (D) problema exclusivamente administrativo.
- (E) situação sem relevância sanitária.

QUESTÃO 74

A indústria que possui documentação formal de qualidade, mas que não evidencia a execução prática dos procedimentos descritos configura situação que indica

- (A) conformidade documental suficiente.
- (B) regularidade do sistema de qualidade.
- (C) conformidade, se houver auditoria interna.
- (D) irregularidade apenas formal.
- (E) falha na implementação efetiva das boas práticas.

Área livre

QUESTÃO 75

Diante de situação de risco potencial elevado, sem dano instalado, mas com possibilidade concreta de ocorrência, o agente de fiscalização deve

- (A) aguardar a ocorrência de dano.
- (B) aplicar apenas a orientação.
- (C) desconsiderar o risco potencial.
- (D) adotar medidas preventivas proporcionais ao risco.
- (E) encerrar a inspeção.

QUESTÃO 76

Quando houver divergência entre as normas internas do estabelecimento fiscalizado e as diretrizes sanitárias vigentes, o fiscal deverá

- (A) priorizar a norma sanitária vigente.
- (B) considerar as equivalências.
- (C) desconsiderar normas sanitárias externas.
- (D) priorizar normas internas.
- (E) encaminhar a decisão ao gestor.

QUESTÃO 77

A presença de múltiplas inconformidades de baixo risco distribuídas em diferentes setores, associadas à ausência de supervisão e de padronização institucional configura situação que indica

- (A) irregularidades pontuais sem relevância.
- (B) regularidade.
- (C) fragilidade na governança e no controle institucional do serviço.
- (D) problema exclusivamente administrativo.
- (E) desnecessidade de intervenção.

QUESTÃO 78

Considere que, durante uma inspeção sanitária realizada em certa indústria farmacêutica, o fiscal tenha identificado que o estabelecimento possui Plano Mestre de Validação formalizado, porém desatualizado, não contemplando alterações recentes nos processos produtivos e equipamentos. Além disso, não há evidências de revalidação depois de modificações críticas realizadas.

De acordo com os princípios de garantia da qualidade e validação de processos, o quadro descrito indica

- (A) conformidade parcial, pois a existência do plano supre a necessidade regulatória.
- (B) falha no sistema de validação, com potencial comprometimento da qualidade e da segurança dos produtos.
- (C) irregularidade exclusivamente documental, sem impacto na qualidade do produto.
- (D) situação aceitável, desde que os produtos finais estejam dentro das especificações.
- (E) problema restrito à gestão administrativa do estabelecimento.

QUESTÃO 79

Suponha que, durante uma fiscalização em serviço de saúde, o agente sanitário tenha observado a introdução de nova tecnologia assistencial (equipamento médico) sem avaliação prévia de risco, sem protocolos definidos de uso e sem capacitação formal da equipe. E apesar de o equipamento estar em funcionamento, não havia evidências de monitoramento de eventos adversos relacionados ao seu uso.

De acordo com o gerenciamento de tecnologias em saúde e da segurança do paciente, a situação descrita indica

- (A) regularidade operacional, desde que o equipamento esteja funcionando adequadamente.
- (B) irregularidade administrativa, sem impacto assistencial direto.
- (C) situação aceitável em serviços que adotam inovação tecnológica contínua.
- (D) problema restrito à engenharia clínica, sem necessidade de intervenção sanitária.
- (E) risco sanitário associado à incorporação inadequada da tecnologia, comprometendo a segurança assistencial.

QUESTÃO 80

Considere que, em uma fiscalização realizada em determinado estabelecimento produtor de alimentos, o agente sanitário tenha verificado que o sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) havia sido implementado formalmente, mas não havia evidências de monitoramento sistemático dos pontos críticos nem registros consistentes de controle. Verificou, também, a ausência de análise de desvios quando ocorrem não conformidades.

Considerando-se os princípios de segurança dos alimentos e o controle de processo, a situação descrita evidencia

- (A) conformidade parcial, pois o sistema APPCC está formalmente implantado.
- (B) falha na aplicação efetiva do APPCC, que compromete o controle dos riscos no processo produtivo.
- (C) situação aceitável em estabelecimentos de pequeno porte.
- (D) problema restrito à fase de registro, sem impacto sanitário relevante.
- (E) irregularidade documental sem impacto no controle do processo produtivo.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, os textos a seguir.

Texto 1

A vigilância sanitária constitui um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. Sua atuação exige análise técnica, tomada de decisão baseada em risco e aplicação proporcional de medidas administrativas.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. *Política Nacional de Vigilância em Saúde*. Brasília, 2018.

Texto 2

A atuação do fiscal de saúde pública deve considerar não apenas a identificação de inconformidades, mas também a análise do risco sanitário envolvido, o histórico do estabelecimento e a capacidade de adequação, de forma a garantir decisões proporcionais, eficazes e orientadas à proteção da saúde coletiva.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Gestão do risco sanitário: fundamentos e aplicação*. Brasília, 2021.

Considerando que os textos apresentados têm caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema “**A atuação do fiscal de saúde pública na identificação, avaliação e controle de riscos sanitários**”. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o papel da vigilância sanitária na identificação de riscos em estabelecimentos e serviços de saúde; **[3,0 pontos]**
- a importância da análise de risco para a tomada de decisão e definição de medidas sanitárias proporcionais; e **[4,0 pontos]**
- a utilização de instrumentos administrativos (como medidas cautelares, termo de compromisso e penalidades) no controle dos riscos identificados. **[3,0 pontos]**

Área livre

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento